



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CONSELHO PLENO

ATA Nº 17, DE 8 DE JULHO DE 2025  
Sessão Ordinária Pública do Conselho Pleno

1 Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas e dez minutos,  
2 realizou-se, presencialmente, no edifício-sede do Conselho Nacional de Educação – CNE,  
3 situado na Avenida L2 Sul, Quadra 607, Lote 50, em Brasília, no Distrito Federal, e,  
4 virtualmente, por meio da Plataforma *Microsoft Teams*, a Sessão Ordinária Pública do Conselho  
5 Pleno – CP, com a presença dos Conselheiros Antonio Cesar Russi Callegari (Presidente), Celso  
6 Niskier, Cleunice Matos Rehem, Elizabeth Regina Nunes Guedes, Gastão Dias Vieira, Heleno  
7 Manoel Gomes de Araújo Filho, Henrique Sartori de Almeida Prado, Maria Paula Dallari Bucci,  
8 Mariana Lúcia Agnese Costa e Rosa, Mauro Luiz Rabelo, Monica Sapucaia Machado, Otavio  
9 Luiz Rodrigues Jr e Paulo Fossatti, e virtualmente, dos Conselheiros André Guilherme Lemos  
10 Jorge, Givânia Maria da Silva, Ilona Maria Lustosa Becskeházy Ferrão de Sousa, Israel Matos  
11 Batista, Leila Soares de Souza Perussolo, Ludhmila Abrahão Hajjar, e Márcia Teixeira  
12 Sebastiani, registradas as ausências dos Conselheiros Kátia Helena Serafina Cruz  
13 Schweickardt, Luciane Bisognin Ceretta, Marcus Vinicius David e Maria do Pilar Lacerda  
14 Almeida e Silva. O Presidente do CNE iniciou a Sessão dando boas-vindas a todos, informou a  
15 pauta da Reunião e apresentou os convidados, quais sejam: Renato Janine Ribeiro, Presidente  
16 da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, e Márcia Ângela Aguiar,  
17 Presidente da Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj, e os Conselheiros participantes. O senhor  
18 Renato Janine Ribeiro agradeceu o convite e a oportunidade, e iniciou sua apresentação tratando  
19 do papel da comunidade científica em relação à educação no Brasil e de sua experiência  
20 enquanto Ministro de Estado da Educação, retratada em livro. Comentou que pouco se evoluiu  
21 na educação do Brasil nos últimos dez anos, uma vez que, nesta época, havia pouco recurso  
22 financeiro para investir nas áreas como educação, saúde, inclusão social, dentre outras.  
23 Comentou que, quando Ministro, calculou que esta crise seria passageira, que não foi o caso,  
24 considerando ainda as violações de aprovação de orçamento, ponto de grande importância para  
25 a manutenção da democracia. Este quesito, em particular, dificultou a evolução e manutenção  
26 dos projetos para a educação, a exemplo do Programa Mais Médicos que, em particular,  
27 projetou atualizar a estrutura na formação de médicos no país, sobretudo no que se refere à  
28 estrutura educacional das instituições. Salientou que, passado esse decênio, os problemas de  
29 financiamento do setor público continuam presentes, uma vez que há oposição que emplaca  
30 despesas desnecessárias, mas que oneram os órgãos públicos, e que recusam a remuneração de  
31 atividades empresariais, o corte de verbas desnecessárias e novas fontes de financiamento.  
32 Argumentou que vê com preocupação este cenário, considerou que o Plano Nacional de  
33 Educação – PNE de dois mil e quatorze foi pouco aplicado e, considerando esta experiência,  
34 estima não saber quanto frutífero será este novo PNE. Ressaltou que tanto o governo quanto a  
35 oposição, por mais divergentes de ideias e de filosofias, buscavam o melhoramento da gestão e  
36 da disponibilização das verbas, e que este cenário não é o mesmo que se apresenta atualmente.  
37 Neste contexto, compartilhou considerar importante não apenas realizar articulações que  
38 gerassem economia, mas que ocasionem também um melhor rendimento, como a Educação a  
39 Distância – EaD, modalidade esta que permite o acesso facilitado à educação, em todas as suas  
40 fases, para pessoas das mais diversas realidades e localidades. Salientou que o incentivo  
41 realizado às universidades federais para que oferecessem cursos superiores nesta modalidade  
42 foi equivocado, uma vez que considera a educação oferecida por estas instituições referência



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CONSELHO PLENO

ATA Nº 17, DE 8 DE JULHO DE 2025  
Sessão Ordinária Pública do Conselho Pleno

43 de qualidade, e que cada região deveria ser atendida pela sua universidade correspondente,  
44 tendo seus cursos superiores apenas autorizados quando lograrem nota cinco nas avaliações.  
45 Defendeu a promoção do ensino a distância, sobretudo no contexto da pandemia da Covid-19,  
46 uma vez que o distanciamento auxiliou no combate à mortandade que o mundo viveu. Fez um  
47 panorama entre as grandes crises de saúde vivenciadas pela humanidade e a taxa de mortalidade  
48 de cada uma, como a peste negra, a gripe espanhola e a Covid-19, evidenciando a rapidez no  
49 desenvolvimento da vacina na prevenção da pandemia, e valorizou o papel do desenvolvimento  
50 da educação pela comunidade científica, e que este conhecimento seja compartilhado a todos  
51 pela educação, dividindo ser esta uma obrigação da educação formal se comprometer com a  
52 verdade, tendo em vista que a ciência não é um dogma, mas algo mutável e atualizável.  
53 Argumentou que a Educação Básica, diferente da Educação Superior, em certo sentido, apenas  
54 transmite o conhecimento e, por conseguinte, a graduação busca formar pessoas que discutam  
55 a ciência, e que a pós-graduação o capacite a buscar ferramentas para sua constante atualização  
56 e atuação profissional. Acrescentou julgar importante inculcar às crianças a curiosidade acerca  
57 da evolução da humanidade, suas migrações e desenvolvimento. Lembrou que, enquanto  
58 Ministro de Estado da Educação, criou uma assessoria para criação criativa, com o objetivo de  
59 adequar o currículo escolar no sentido de favorecer e incentivar a criatividade das crianças em  
60 idade escolar para os mais diversos assuntos, transformando a educação em fator de alegria.  
61 Noticiou que, a exemplo do Sistema Único de Saúde – SUS, a educação pode ser organizada  
62 para que se padronize a oferta e qualidade e, ao findar sua fala, fez constar que acompanha e  
63 cobra a criação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação – SNCTI, com o  
64 envolvimento de quatro pastas ministeriais, uma vez que considera imprescindível sua atuação  
65 para o bom desenvolvimento da educação e do próprio país, e agradeceu novamente a  
66 oportunidade. O Presidente do CNE agradeceu sua presença e explanação, apresentou o  
67 Secretário-Executivo Christy Ganzert Gomes Pato, e passou a palavra para a convidada Márcia  
68 Ângela Aguiar que, por sua vez, agradeceu o convite e oportunidade, e entendeu como graves  
69 e urgentes as ponderações realizadas pelo senhor Renato Janine Ribeiro, considerando que a  
70 reconstrução da educação a partir do presente contexto é uma tarefa árdua e necessária, como a  
71 atualização do PNE, observando que se houvesse sido observado alguns de seus objetivos,  
72 estariam em um outro contexto, mais favorável às necessidades presentes, e entende que o  
73 CNE possui condições de articular o acompanhamento e a avaliação do novo PNE, assim como  
74 em relação à educação EaD, uma vez que este Conselho dispõe da posição necessária para tanto.  
75 Ainda sobre o PNE, alegou que era previsto um núcleo para monitoramento e avaliação do  
76 PNE, constituído por diversas entidades, e que não houve ações articuladas em tempo hábil  
77 para que ocorram as devidas atualizações do PNE, sobretudo acerca das estratégias. De igual  
78 maneira, declarou que o CNE é possuidor de atos normativos que poderiam favorecer o bom  
79 funcionamento da educação na modalidade EaD, em conjunto com os Poderes Executivo e com  
80 o Legislativo, transmitindo sua preocupação sobre a interação deste Órgão Colegiado com as  
81 demais instâncias governamentais do país. Destacou preocupar-se com o acesso das crianças  
82 em idade escolar à ciência e à tecnologia, considerando a situação de trabalho dos profissionais  
83 de educação, sobretudo na Educação Básica, e julga ser necessário não apenas investir recursos  
84 em estrutura e equipamentos, mas também em melhores salários e condições de trabalho



CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CONSELHO PLENO

ATA Nº 17, DE 8 DE JULHO DE 2025  
Sessão Ordinária Pública do Conselho Pleno

85 adequados com os direitos que cada um possui. Por fim, agradeceu a oportunidade. O Presidente  
86 do CNE agradeceu a fala e, juntamente com os Conselheiros Elizabeth Regina Nunes Guedes,  
87 Gastão Dias Vieira, Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Maria Paula Dallari Bucci, Otavio  
88 Luiz Rodrigues Jr. e Paulo Fossatti, teceu considerações a respeito dos temas apresentados e  
89 foram respondidos prontamente. O Presidente do CNE agradeceu novamente a presença, a  
90 apresentação dos convidados e a participação dos Conselheiros. Encerrada a primeira parte da  
91 Reunião, passou-se à aprovação das Atas das Reuniões, quais sejam: Ata do Conselho Pleno nº  
92 14, de dez de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, e Ata do Conselho Pleno nº 15, de dez  
93 de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, que foram aprovadas por unanimidade. O  
94 Secretário-Executivo Christy Ganzert Gomes Pato, por sua vez, cumprimentou os presentes, e  
95 atualizou a todos sobre a reforma do prédio do CNE, e solicitou que os Conselheiros  
96 remanescentes busquem a Consultora Jennifer Caroline Luiz para que se dê continuidade à  
97 confecção do mapa para o planejamento estratégico do CNE. Em continuidade à Reunião, o  
98 Presidente do CNE reforçou a necessidade da conclusão deste planejamento, uma vez que visa  
99 otimizar todo o funcionamento do CNE e de suas comissões. Em seguida, efetuou-se o relato  
100 dos pareceres: 1) Processo SEI nº 23000.020156/2022-26. Interessado: Conselho Nacional de  
101 Educação/Conselho Pleno. Assunto: Reexame do Parecer CNE/CP nº 34/2022, que realizou a  
102 Análise da proposta de Código Autenticador para Diplomas de Cursos Técnicos de Nível Médio  
103 e Certificados de Cursos de Qualificação Profissional Técnica e de Especialização Profissional  
104 Técnica pelo Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica –  
105 SISTEC. Comissão: Leila Soares de Souza Perussolo (Presidente); Cleunice Matos Rehem  
106 (Relatora); André Guilherme Lemos Jorge, Gastão Dias Vieira, Henrique Sartori de Almeida  
107 Prado, Israel Matos Batista, Luciane Bisognin Ceretta, Mauro Luiz Rabelo e Paulo Fossatti  
108 (membros). Decisão do Conselho Pleno: Retirado de Pauta; 2) e-MEC nº 201905964.  
109 Interessado: Lexis Ensino Dirigido de Idiomas Ltda. Assunto: Recurso do Parecer CNE/CES  
110 nº 607/2024, que tratou do reexame do Parecer CNE/CES nº 659/2021, sobre credenciamento  
111 do Instituto Base, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância. Relatora: Maria  
112 Paula Dallari Bucci. Decisão do Conselho Pleno: Retirado de Pauta; e 3) e-MEC nº 202204187.  
113 Interessado: Centro de Idiomas, Ensino Técnico, Treinamento e Pesquisa do Nordeste-Cietep  
114 ME. Assunto: Recurso do Parecer CNE/CES nº 67/2025, que tratou do credenciamento da  
115 Faculdade Philum Uniph, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância.  
116 Relatora: Ludhmila Abrahão Hajjar. Parecer CNE/CP nº 16/2025. Decisão do Conselho Pleno:  
117 Indeferido. Sem outras manifestações, a Sessão foi encerrada às treze horas e dez minutos, e  
118 para constar, eu, Antonio Alberto Brunetta, lavrei esta ata que, uma vez aprovada, será assinada  
119 eletronicamente por mim e pelo Presidente da Sessão, Conselheiro Antonio Cesar Russi  
120 Callegari. Brasília, oito de julho do ano de dois mil e vinte e cinco.